

COORDENADOR PEDAGÓGICO À FRENTE DOS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Naiane Maria Lucas das Chagas¹
Morgana Jesus de Mattos²
Geisa Arlete do Carmo Santos³

RESUMO

O objetivo deste estudo é apresentar como o Coordenador Pedagógico pode contribuir para a inclusão de crianças com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) no Ensino Regular. Para atingir o objetivo geral e específicos que nortearam a pesquisa, foram utilizados como mecanismos de coleta de dados, questionário e estudos bibliográficos que subsidiaram e referenciaram esta pesquisa. Os achados encontrados pelas pesquisadoras atenderam a busca dos objetivos que embasaram as nossas perguntas norteadoras. Obtivemos resultados satisfatórios que colaboram para os estudos envolvendo a Educação Inclusiva e o Coordenador Pedagógico, onde o mesmo, aparece como peça-chave, auxiliando todos os envolvidos no processo de inclusão e colaborando para que haja uma educação inclusiva de qualidade e efetiva.

Palavras-chave: Coordenador Pedagógico; Educação Inclusiva; Desafios; Direitos; Formação continuada.

ABSTRACT

The aim of this study is to present how the Pedagogical Coordinator can contribute to the inclusion of children with Special Educational Needs (SEN) in Regular Education. To achieve the general and specific objective that guided the research, a questionnaire and bibliographic studies that supported and referenced this research were used as data collection mechanisms. The findings found by the researchers met the search for the objectives that supported our guiding questions. We obtained satisfactory results that contribute to studies involving Inclusive Education and the Pedagogical Coordinator, where he appears as a key player, helping everyone involved in the inclusion process and collaborating so that there is quality and effective inclusive education.

Keywords: Pedagogical Coordinator; Inclusive education; Challenges; Rights; Continuing training.

¹ Pedagoga (FVC). Especialista em Coordenação Pedagógica e Gestão educacional (CEPPEV) Especialista em Neuropsicopedagogia com ênfase em Educação Especial Inclusiva (UniBf). Pós-graduanda em Psicopedagogia Clínica e Institucional (CEPPEV). E-mail: nay_chagas@hotmail.com

² Pedagoga (FVC). Especialista em Coordenação Pedagógica e Gestão educacional (CEPPEV). E-mail: morgmattos@gmail.com

³ Mestra em Educação e Contemporaneidade (UNEB). Pedagoga com habilitação em Supervisão Escolar (FACED). Professora titular do curso de Pedagogia (FVC). Presidente do Conselho Administrativo (FVC). Procuradora Institucional da Faculdade Bahiana de Medicina e Saúde Pública. E-mail: geisaarlete@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais (NEE) já é uma realidade no contexto das escolas de ensino regular, e com isso, novos desafios são apresentados para a comunidade escolar. Já que o ato de incluir abrange diversos aspectos que não é somente a realização da matrícula desses educandos nas instituições de ensino.

Sabemos que para assegurar um processo de inclusão escolar efetivo, são necessárias a realização de ações que priorizem um trabalho educacional de qualidade. Contudo, qual seria a importância e as ações desenvolvidas pelo coordenador pedagógico que contribuiriam para esse processo?

Pensando em como responder a essa problemática e trazer uma reflexão acerca do assunto a partir de estudos e pesquisas, escolhemos o seguinte tema: **O coordenador Pedagógico à frente dos desafios da Educação Inclusiva**. E que foi norteado pelo seguinte objetivo geral: **“compreender como a atuação efetiva do coordenador pedagógico contribui para superar os desafios encontrados no processo da Educação Inclusiva”**. Desta forma, foram apresentados 3 objetivos específicos que conduziram os nossos estudos, a fim de, obtermos os resultados necessários do nosso questionamento inicial.

O primeiro objetivo específico que norteou a nossa pesquisa, **“Apresentou aspectos relevantes sobre conceitos, histórico e aspectos legais do coordenador pedagógico e da educação inclusiva”**. Já o segundo objetivo, **“investigou se o coordenador pedagógico compreendia a importância do seu papel no processo de inclusão”** e assim, podemos **“identificar quais as ações realizadas pelo coordenador que favoreceriam o processo de inclusão”**. Portanto, foi através da análise dos resultados desta investigação, que conseguimos entender e associar a prática do coordenador pedagógico frente aos desafios encontrados no processo da educação inclusiva.

2 O COORDENADOR PEDAGÓGICO: BREVE HISTÓRICO E PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES

2.1 BREVE HISTÓRICO

Ao estudarmos o histórico do coordenador pedagógico e suas atribuições, percebemos que as responsabilidades que hoje fazem parte do conjunto de ações desenvolvidas pelo

coordenador, eram realizadas pelos diretores, professores e assistentes de direção. Então, a partir dos anos 70, surgem os coordenadores pedagógicos, na época, mais conhecidos como supervisor ou orientador pedagógico e que tinha como objetivo principal o ajustamento escolar dos alunos que apresentavam “problemas” de indisciplina ou no seu processo de aprendizagem.

A partir dos anos 90, o coordenador pedagógico deixa de ser chamado de supervisor ou orientador pedagógico, porém, continua realizando funções de ambos profissionais. É por esse motivo que ainda hoje, as suas funções e imagem estão altamente ligadas àquelas realizadas pelos supervisores pedagógicos, o que acaba gerando conflitos entre coordenadores e professores. Vejamos o que Vasconcellos (2007) aponta sobre a definição de Supervisão Pedagógica

A supervisão não é (ou não deveria ser): fiscal de professor, não é dedo-duro (que entrega os professores para a direção ou mantenedora), não é pombo correio (que leva recado da direção para os professores e dos professores para a direção), não é coringa/tarefeiro/quebra galho/salva vidas (ajudante de direção, auxiliar de secretaria, enfermeiro, assistente social, etc), não é tapa buraco (que fica “toureando” os alunos em sala de aula no caso de falta de professor), não é burocrata (que fica às voltas com relatórios e mais relatórios, gráficos, estatísticas sem sentido, mandando um monte de papéis para os professores preencherem – escola de “papel”), não é gabinete (que está longe da prática e dos desafios efetivos dos educadores), não é dicário (que tem dicas e soluções para todos os problemas, uma espécie de fonte inesgotável de técnicas, receitas), não é generalista (que entende quase nada de quase tudo). (VASCONCELLOS, 2007, p. 86-87)

Diferente dessa imagem retorcida sobre os coordenadores pedagógicos, o cotidiano desse profissional, é caracterizado por diversas experiências e situações que levam a uma atuação cada vez mais ampla do seu papel. O coordenador é o agente de transformação no cotidiano escolar. Além disso, é o responsável pela construção e reconstrução da ação pedagógica. Com vistas à construção e articulação coletiva do Projeto Político Pedagógico, sua principal função, seria mobilizar os diferentes saberes dos profissionais que são atuantes no espaço escolar, para levar aos alunos a aprendizagem significativa.

Desta maneira, para que isso se efetive, o coordenador pedagógico, antes de tudo, um educador, deve estar atento ao caráter pedagógico das relações de aprendizagem no interior da escola. Ele deve colaborar para que os professores possam ressignificar suas práticas, resgatando a autonomia docente, e a importância do trabalho coletivo. Colaborando com o professor, a fim de, transformar a sua prática pedagógica, mas para isso, ele precisa reconhecer quais são as suas principais atribuições.

2.2 PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES DO COORDENADOR PEDAGÓGICO

Para Libâneo (2004), o coordenador pedagógico é responsável pela viabilização, integração e articulação do trabalho pedagógico, estando diretamente relacionado com os professores, alunos e pais. Por tanto, juntamente com o corpo docente, o coordenador possui como principal incumbência, o auxílio didático-pedagógico, refletindo através da vivência efetiva sobre as práticas de ensino, para que assim, seja um facilitador na construção de novas situações de aprendizagem.

Com o corpo discente, a função do coordenador é a de apoiar diretamente todos os alunos, inclusive, os alunos deficientes e/ou que apresentam dificuldades de aprendizagem. Organizando atendimento diferenciado, a partir da identificação das áreas de maior fragilidade e a articulação docente no apoio à superação ou minimização das dificuldades detectadas. Junto aos demais alunos, o coordenador deve criar condições necessárias a integração destes discentes ao contexto escolar, estimulando a participação e a tomada de decisões, mediante a realização e a produção de atividades pedagógicas, científicas, sociais e culturais.

Junto às famílias, o coordenador deve elaborar e executar programas e atividades de integração e estreitamento de relações entre a escola-família. Esta parceria pode ocorrer tanto de maneira informal, através do acompanhamento do desempenho escolar dos filhos, quanto mais formal, pela participação nos conselhos realizados na instituição. A escola deve aprender a partilhar sua responsabilidade com as famílias, pois é de suma importância, a presença e participação dos responsáveis pelos alunos em todas as instâncias de decisão da escola.

Além dessas atividades, o coordenador pedagógico propõe estudos, discussões e revisão do Projeto Político Pedagógico da unidade escolar, estimulando a inter-relação entre projetos didáticos com o objetivo de assegurar a unidade da ação pedagógica. Logo, é necessário que o coordenador acompanhe o processo avaliativo e institucional, cuidando dos aspectos organizacionais do ensino, realizando reuniões pedagógicas; elaborando o horário escolar; organizando as turmas; organizando materiais e equipamentos didáticos; além do planejamento e coordenação do Conselho de Classe.

Para que o coordenador pedagógico atue de maneira efetiva, contribuindo com o processo da Educação Inclusiva na comunidade escolar que ele atua, é indispensável que o mesmo, esteja sempre se atualizando com relação às leis, diretrizes, conceitos e desafios que abrangem a Educação Especial e Inclusiva.

3 EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ASPECTOS LEGAIS E CONCEITOS

Com a democratização do ensino, compreendemos que a educação é garantida para todos, por tanto, isso inclui as pessoas que apresentam necessidades educacionais especiais (NEE). Esse é um ganho inigualável no campo da inclusão social, garantindo o acesso e a permanência dessas pessoas no Ensino Regular. Quem corrobora com esse pensamento sobre a importância que a escola possui como agente integrador na vida das crianças, é Mello (1997), que diz que:

O primeiro passo para a integração social passa pela escola, já que o papel dela não é apenas de ensinar cadeiras acadêmicas como português e matemática, mas também o de participar decisivamente no estabelecimento dos padrões de convivência social. (MELLO, 1997, p.14)

Os aspectos legais não asseguram apenas a integração social dessas crianças, mas também a sua permanência, o seu crescimento cognitivo, valorização da sua aprendizagem e respeito às diferenças. Vejamos os aspectos legais que contribuem para uma educação igualitária e inclusiva.

3.1 ASPECTOS LEGAIS

A inclusão escolar é um tema muito discutido na atualidade. Mas desde a Constituição de 1988, onde foi garantida educação para todos e atendimento educacional especializado (AEE) para os portadores de deficiência, que o tema vem sendo abordado com preocupação por pais, autoridades políticas, educadores e em diferentes segmentos sociais.

A Declaração de Salamanca, (BRASIL, 1994) dispõe que toda criança tem direito fundamental à educação, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos, independentemente de suas condições físicas e intelectuais.

Além da Constituição de 1988 e a Declaração de Salamanca, a inclusão está assegurada legalmente pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) número 9394/96 apud MANTOAN E PIETRO (2006 p. 25) que deixa claro que “o ensino especial é uma modalidade e, como tal, deve perpassar o ensino comum em todos os seus níveis- da escola básica ao ensino superior”.

Complementando esses direitos, com as Diretrizes Nacionais de Educação Especial na Educação Básica (2001), que traz todos os aspectos legais da educação inclusiva como embasamento para determinar que as escolas se organizem para o atendimento de crianças com

necessidades especiais nas classes comuns, através da elaboração de projetos pedagógicos que promovam a inclusão no ensino regular de acordo com as políticas de inclusão.

O Planejamento e a implantação de políticas educacionais para atender a alunos com necessidades educacionais especiais requerem domínio conceitual sobre inclusão escolar e sobre as solicitações decorrentes de sua adoção enquanto princípio ético-político, e programas elaborados, permitindo a (re)definição dos papéis da educação especial e do lócus do atendimento desse alunado. (MANTOAN E PIETRO 2006, p. 35)

Juntamente com os documentos já citados acima, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1984); A carta de Jomtien na Tailândia (1990), e O Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) são documentos importantes e essenciais para nortear o caminho da Educação Inclusiva no Brasil.

Além desses documentos, em 2011 foi lançado o Plano Viver sem Limite: Plano Nacional das Pessoas com Deficiência por meio do Decreto 7.612 de 17/11/11, que tem como parte integrante, o programa Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito do SUS, através da Portaria 793 de 24/04/2012. Por meio desses programas, o Estado Brasileiro, busca garantir às pessoas com deficiência, a autonomia, a ampliação do acesso à educação, a saúde e ao trabalho. Esses programas têm como objetivo, melhorar as condições de vida das pessoas com deficiência. (BRASIL, 2013)

Sabemos que os aspectos legais asseguram o direito à educação para todas as pessoas que possuem necessidades educacionais especiais (NEE) e fazem parte da educação inclusiva. Mas, o que é Educação inclusiva?

3.2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA: CONCEITO

Segundo a Cartilha dos Direitos das Pessoas com Autismo (2011, p.11), Educação Inclusiva:

É uma política que busca perceber e atender às necessidades educativas especiais de todos os alunos, em salas de aulas comuns, em um sistema regular de ensino, de forma a promover a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal de todos. Na proposta de educação inclusiva todos os alunos devem ter a possibilidade de integrar-se ao ensino regular, mesmo aqueles com deficiências ou transtornos de comportamento, de preferência sem defasagem idade-série. A escola, segundo essa proposta, deverá adaptar-se para atender às necessidades destes alunos inseridos em classes regulares, Portanto, requer mudanças significativas e no funcionamento das escolas, na formação dos professores e nas relações família-escola.

Contrapondo com a definição de Educação Inclusiva citada acima, vem a nossa realidade, visto que, ainda hoje, encontramos crianças com necessidades especiais matriculadas na rede regular de ensino, em escolas que não contemplam no seu espaço físico, no seu

currículo, na sua didática e propostas pedagógicas, maneiras de incluir efetivamente esses alunos.

Sem as mudanças necessárias, o processo de inclusão se torna mais difícil de acontecer. Pois, ao incluir, devemos oportunizar a essas pessoas o direito pleno à uma educação de qualidade. Fazendo com que o mesmo, prossiga em seus estudos de acordo com o seu nível de desenvolvimento cognitivo e de aprendizagem, proporcionando a esse sujeito, a preparação para a vida social da maneira mais autônoma possível.

A inclusão escolar tem sido mal compreendida, principalmente no apelo a mudanças nas escolas comuns e especiais. Sabemos, contudo, que sem essas mudanças não garantiremos a condição de nossas escolas receberem, indistintamente, a todos os alunos, oferecendo-lhes condições de prosseguir em seus estudos, segundo a capacidade de cada um, sem discriminações nem espaços segregados de educação. (MANTOAN, PIETRO, 2006, p.26)

Autenticando essa visão da importância de haver mudanças nas escolas para se efetivar a educação inclusiva, (FIGUEREDO, 2002, apud JESUS, 2004, p.38) afirma que para,

Efetivar a inclusão é preciso[...]transformar a escola, começando por desconstruir práticas segregacionistas [...] a inclusão significa um avanço educacional com importantes repercussões políticas e sociais visto que não se trata de adequar, mas de transformar a realidade das práticas educacionais.

Nesse sentido, a educação inclusiva deve ser vista como agente de transformação da educação, onde a busca desse ato de transformar, acontecerá através da prática da realidade educacional. Afinal, as pessoas são diferentes e as diferenças devem ser valorizadas e “para que a diversidade humana possa se fazer presente como valor universal, à escola precisa assumir uma postura de construtora da igualdade, visando a incluir na tessitura social aqueles que vêm sendo sistematicamente excluídos” (JESUS, 2004, p. 38).

E para não cometer o equívoco de excluir essas crianças do processo de aprendizagem, é importante ter compreensão de que a educação inclusiva difere-se da integração escolar, pois a inclusão deve contemplar a aprendizagem e o desenvolvimento do sujeito e não apenas oportunizar o convívio social, disponibilizando padrões e condições de vida cotidiana próximas às normas e padrões da sociedade, onde é garantido ao aluno com necessidades especiais apenas o direito de estar em espaços sociais com a intenção de potencializar suas possibilidades de integração social.

Vale enfatizar que a inclusão de indivíduos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino não consiste apenas na sua permanência junto aos demais alunos, nem na negação dos serviços especializados àqueles que deles necessitem. Ao contrário implica uma reorganização do sistema educacional, o que acarreta a revisão de antigas concepções e paradigmas educacionais na busca de se possibilitar o desenvolvimento cognitivo, cultural e social desses alunos, respeitando suas diferenças e atendendo às suas necessidades. (GLAT E NOGUEIRA, 2002 apud MANOTAN, PRIETRO 2006, p.42)

Nesse sentido, a escola deve se preparar para incluir de maneira efetiva as crianças que apresentam necessidades educacionais especiais, indo muito além da integração escolar através de um currículo que valorize e respeite as diferenças. E para que o currículo seja efetivado dessa maneira, é necessário à participação e o compromisso de toda comunidade escolar (coordenadores, gestores, professores, funcionários, pais e alunos).

A implementação do currículo voltado para a inclusão deve promover a oportunidade da construção de uma educação igualitária através de elementos eficazes contra a exclusão de modo geral. Porquanto, se a escola compreender o valor do respeito à diversidade, a mesma encontrará subsídios necessários para incluir as crianças e as suas especificidades sem tentar “adaptá-las” ao padrão “normal”.

A inclusão é um grande desafio, principalmente para o professor, se ele não estiver realmente preparado para fazer parte desse processo. Em função disso, o coordenador pedagógico deve atuar nesse momento, como apoio ao professor e como um instigador para o crescimento e o desenvolvimento da sua prática. Por esse motivo, a capacitação é de fundamental importância tanto para formação pessoal e profissional dos professores, quanto para o processo de inclusão escolar.

Deste modo, o coordenador Pedagógico será o agente facilitador do processo de inclusão. Sendo o apoio e o estímulo necessário para todos que pertencem à comunidade escolar e que colaboram para que os desafios que envolvem a educação inclusiva sejam superados.

4 O COORDENADOR PEDAGÓGICO COMO AGENTE FACILITADOR DO PROCESSO DE INCLUSÃO

Se pensarmos em todas as atribuições e responsabilidades do coordenador pedagógico, veremos o quanto o seu papel é fundamental para facilitar o processo de inclusão escolar de alunos com NEE.

Sobretudo, o coordenador pedagógico, será o agente que contribuirá para esse processo, dando suporte ao corpo docente da instituição na qual ele coordena. Para iniciar esse suporte, o coordenador deve ter claramente a ideia de que, o processo de inclusão vai muito além do ato de matricular e inserir esse aluno no espaço físico da instituição.

Portanto, é necessário que o coordenador atue como mediador e facilitador do processo de inclusão, juntamente com toda a comunidade escolar. Afinal, não é apenas o professor regente da turma onde o aluno de inclusão está inserido, o único responsável pelos resultados

positivos desse aluno. Já que, todos os profissionais que fazem parte da comunidade escolar são corresponsáveis pelas vivências e crescimento desse sujeito.

Deste modo, a mediação necessária para se efetivar o processo de inclusão, acontecerá mediante a reflexão da prática e a busca por estratégias que facilitem e auxiliem na inclusão. O coordenador como mediador, poderá sugerir grupos de estudos, leituras, cursos e momentos para troca de experiências entre os profissionais envolvidos e estimulando a formação continuada.

Assim, compreendemos que a formação continuada é de extrema importância, pois contribui para a reflexão da prática do professor e a busca de novos conhecimentos teóricos, gerando assim, crescimento profissional através das mudanças que emergem da/na sua prática.

A formação continuada deve estar articulada com desempenho profissional dos professores, tomando as escolas como lugares de referência. Trata-se de um objetivo que só adquire credibilidade se os programas de formação se estruturarem em torno de problemas e de projetos de ação e não em torno de conteúdos acadêmicos. (NÓVOA, 1991, p.30)

Nesse contexto, a formação continuada será ponto crucial no desenvolvimento do educador, pois ela instigará a reflexão da prática e a busca por novas ações que possam contribuir para o processo de inclusão no qual ele faz parte. O professor através da reflexão, compreenderá que o seu papel é importante e decisivo para que a inclusão aconteça de forma efetiva. Quem corrobora com essa ideia é Saviani (2007, p.3) que afirma que “a prática é a razão de ser da teoria, o que significa que a teoria só se constituiu e se desenvolveu em função da prática que opera, ao mesmo tempo, como seu fundamento, finalidade e critério de verdade.

O papel do coordenador pedagógico nessa etapa é estimular o professor e encorajá-lo a buscar por diferentes formas de trabalhar com o aluno que apresenta necessidades educacionais especiais. Além de apoiá-lo e ajudá-lo nas adaptações dos materiais pedagógicos.

Sendo assim, o coordenador deverá trabalhar em parceria com o professor, com a família e estar sempre atento para fazer qualquer ajuste necessário para auxiliar e contribuir com o professor, o aluno e a família. O mesmo, não poderá esquecer, que ele será o alicerce desse processo, pois os envolvidos não podem e não devem sentir-se “abandonados” pelo profissional que deveria estar apoiando-os.

5 METODOLOGIA

Esta pesquisa tem caráter qualitativo, subsidiada por pesquisas bibliográficas, além de ter como instrumentos de coleta de dados e análise do processo investigativo a aplicação de questionário para fundamentar melhor o estudo.

A pesquisa desenvolvida foi de natureza qualitativa e tem caráter exploratório, onde o pesquisador busca percepções e entendimentos através de análises feitas por descrições e comparações dentro do seu processo investigativo, para que assim, o mesmo, desenvolva ideias baseando-se nas percepções sobre a natureza geral da questão problematizadora. Córdova e Silveira (2009, p. 31 e 32 apud Goldenberg) afirmam que

A **pesquisa qualitativa** não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização etc. Os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa opõem-se ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria. Assim os pesquisadores qualitativos recusam o modelo positivista aplicado ao estudo da vida social, uma vez que o pesquisador não pode fazer julgamento nem permitir que seus preconceitos e crenças contaminem a pesquisa. (Grifo do autor)

Ou seja, a pesquisa qualitativa parte de uma perspectiva diferente da pesquisa quantitativa, já que esta depende fortemente de dados e análises estatísticos e se preocupa com a representatividade numérica. Enquanto a pesquisa qualitativa é aplicada principalmente quando o pesquisador busca uma abordagem mais flexível para a solução do problema pesquisado. Segundo Maciel e Raposo (2010, p. 82), a pesquisa qualitativa “não exige a definição de hipóteses formais. [...] são momentos dos pensamentos do investigador comprometido com o curso da investigação, as quais estão em constante desenvolvimento.

6 APRESENTAÇÕES DOS RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS

Para iniciar a nossa pesquisa, consideramos importante investigar **qual era o papel do coordenador pedagógico no processo de inclusão** e obtivemos as seguintes respostas:

É o de contribuir e colaborar da melhor forma possível com todos os agentes envolvidos no processo de inclusão. (C1)

Colaborar com os professores e as famílias das crianças com necessidades educacionais especiais para que haja de verdade a inclusão. (C2)

Apoiar o professor, pais e alunos dando todo suporte necessário para que juntos possamos proporcionar uma educação inclusiva de qualidade. Apoiar os professores juntamente com a parte de orientação pedagógica do colégio, dando suporte nas adaptações de atividades e avaliações, pois é o que eles mais pontuam e pedem ajuda, devido a demanda. (C3)

Ajudar meus professores a lidar e trabalhar com tantas dificuldades e diferenças que estamos encontrando atualmente. (C4)

A partir das respostas fornecidas pelas coordenadoras, percebemos que todas possuem consciência da importância de auxiliar e apoiar os professores no processo de inclusão. Destacamos inclusive a sinalização feita por uma das coordenadoras sobre a questão da

adaptação de materiais, pois as professoras necessitam desse auxílio devido a demanda escolar que sabemos que não são poucas.

No que se refere aos aspectos que colaboram para **construir uma escola inclusiva**, as coordenadoras responderam que

Com muita perseverança e acreditando que dará certo. Fazendo as adequações necessárias, tanto no âmbito físico, como pedagógico, assim conseguiremos alcançar todas as crianças independente da dificuldade que ela apresenta. (C1)

Com muita vontade de que as coisas realmente aconteçam, superação e sem desanimar. Somamos esses ingredientes com as mudanças físicas e pedagógicas necessárias e conseguiremos uma escola inclusiva. (C2)

Tendo um olhar sensível para todas as crianças, pois não são apenas as crianças que apresentam algum tipo de deficiência física ou cognitiva que necessitam desse nosso olhar. Uma escola inclusiva é aquela onde todos os alunos são valorizados, onde valorizamos o que eles já conseguem fazer sozinhos e ajudamos para que em breve eles consigam fazer sozinhos aquilo que ainda precisam de ajuda para realizar. Uma escola inclusiva se preocupa em garantir a mesma qualidade de ensino para todos os alunos reconhecendo e respeitando as diferenças de cada um deles. Sei que ainda estamos engatinhando quanto a essa questão, mas tenho certeza que vamos conseguir muitos avanços ainda. (C3)

Ajudando da melhor forma possível as crianças deficientes a socializar com as outras crianças e a realizar as tarefas. (C4)

Percebemos que todas as coordenadoras falam em ajudar/apoiar e apontam que uma escola inclusiva se faz, apoiando as crianças com necessidades Educacionais Especiais tanto no fator cognitivo, como na questão da socialização.

Muito interessante a fala da C3 quando ela diz que tem um olhar sensível para todas as crianças, porque esse é um dos elementos essenciais para uma escola inclusiva, onde possamos ter um olhar diferenciado para todas as crianças. Apoiando assim, todos que fazem parte da comunidade escolar e não apenas as crianças que apresentam algum tipo de deficiência ou dificuldade de aprendizagem. Corroborando com esse pensamento e acreditando que

As escolas inclusivas propõem um modo de se constituir o sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em função dessas necessidades. A inclusão causa uma mudança na perspectiva educacional, pois não se limita a ajudar somente os alunos que apresentam dificuldades na escola, mas apoia a todos: professores, alunos, pessoal administrativo, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. (MANTOAN,1997, p.121)

Com relação a **participação e promoção de formação continuada sobre o tema da Educação Inclusiva no ambiente escolar**, obtivemos as seguintes respostas

Já participei de vários cursos sobre educação inclusiva e também já trouxemos alguns especialistas na área para palestrar para os nossos professores em algumas das nossas reuniões. (C1)

Sim. Já participei de vários cursos de formação continuada, inclusive como palestrante. As nossas professoras são estimuladas a participar de diferentes cursos e formação continuada. Já fizemos um grupo de estudos de professores, voltado para as questões que envolvem a educação inclusiva e que acabou culminando em

apresentações nos momentos das reuniões e gerou a nossa formação continuada, onde as nossas professoras escolheram seus temas e palestraram para o grupo (C2)

Sim. Acredito que hoje é indispensável nos mantermos atualizados e buscando novas formas de associar a teoria com a prática para facilitar todo processo inclusivo. Nossos professores sempre participam de cursos, inclusive cursos proporcionados por algumas editoras que são nossas parceiras. (C3)

Já fiz alguns cursos, inclusive alguns online, pois a demanda de tarefas que temos hoje nos impede de fazer alguns cursos presenciais. Ainda não, mas incentivo as professoras a fazerem, mostrando inclusive alguns cursos online. (C4)

Analisando as respostas sobre a formação continuada, pudemos perceber que todas as coordenadoras estão de alguma forma tentando se atualizar, participando e realizando cursos que abordam o tema da Educação Inclusiva. Das quatro coordenadoras que responderam ao questionário, três afirmam que promovem cursos e grupo de estudos que contribuem para a formação continuada dos profissionais que fazem parte da Instituição na qual elas coordenam. Apenas uma das coordenadoras que respondeu ao questionário afirma não proporcionar cursos e grupos de estudos, mas que incentiva as professoras a procurar cursos, inclusive on-line para realizarem, pois entende que devido a demanda de atividades diárias que temos, às vezes, se torna mais difícil realizar formação continuada e cursos de capacitação presenciais.

É muito importante a realização da formação continuada no processo de inclusão, principalmente quando vemos que através da formação, há busca pela mudança das ações através da reflexão da nossa prática, subsidiada pela teoria. E devemos, como coordenador pedagógico, nos conscientizar desses fatores e compreender a importância de investir na formação dos nossos professores e colaborar de maneira efetiva com o seu trabalho. Legitimando esse pensamento, Machado (2011, p.6) expõe que

Quanto mais é ofertada a formação continuada de professores para o AEE, por meio de cursos de extensão, aperfeiçoamento ou especialização, com base na perspectiva inclusiva, mais as redes de ensino terão a oportunidade de aprofundar conhecimentos, romper paradigmas e atualizar as práticas.

Assegurando o que foi exposto a partir da análise das respostas das pesquisadas e da colaboração de Machado. Compreendemos que

A educação continuada se faz necessária pela própria natureza do saber e do fazer humanos como práticas que se transformam constantemente. A realidade muda e o saber que construímos sobre ela precisa ser revisto e ampliado sempre. Dessa forma, um programa de educação continuada se faz necessário para atualizarmos nossos conhecimentos, principalmente para analisarmos as mudanças que ocorrem em nossa prática, bem como para atribuímos direções esperadas a essas mudanças. (CHRISTOV, 1998, p.9)

Por tanto, a formação continuada é fator importante na construção de uma educação inclusiva efetiva, pois através dela, o professor reflete a sua prática por meio dos conhecimentos adquiridos nesse processo.

Após analisarmos a importância da formação continuada para o processo de inclusão, fomos analisar qual era a opinião delas a respeito do fator da **comunidade escolar está preparada para a inclusão** e obtivemos como resultados as seguintes colocações

Estamos em processo de adaptação, buscando fazer o melhor, mas com a consciência de que ainda há muito para ser feito. (C1)

Acho que hoje nos sentimos mais preparadas para atender a demanda da educação inclusiva, pois no começo a adaptação foi difícil, como acontece em todo processo que envolve mudanças. (C2)

Preparada, ainda não. Como já havia dito antes, sinto que estamos engatinhando, porém trilhando o caminho correto. Estamos nos preparando para atender da melhor forma possível os alunos com necessidades educacionais especiais e todos os alunos que apresentam alguma dificuldade de aprendizagem ou que está passando por alguma questão emocional etc. Sei que logo, logo iremos conseguir, mas ainda temos muito o que aprender e muita coisa para mudar. (C3)

Ainda não. Acho que precisamos melhorar muito, pois em alguns momentos nos sentimos impotentes sem saber o que fazer. (C4)

Percebemos que todas as coordenadoras acreditam que a comunidade escolar ainda não se encontra preparada para atender as necessidades da Educação Inclusiva. Acreditam que ainda existe muito para ser feito e melhorado, mas que com força de vontade, será possível viver efetivamente a Educação Especial e Inclusiva. Salientando as falas de duas, das quatro coordenadoras, que diziam que a comunidade escolar inclusiva ainda está engatinhando e em processo de adaptação, pois no início era muito difícil, assim como acontece em todo processo que envolve mudanças.

O “novo” assusta e nos inquieta, por isso, a quebra de velhos paradigmas, nos desestabiliza e nos causa angústia por não saber direito quais os caminhos a seguir, mas com a reflexão da prática, aprendemos a nos readaptar para buscar as melhores formas de “encarar” e vencer os desafios trazidos pelas novidades.

Uma crise de paradigma é uma crise de concepção, de visão de mundo (...). O período em que se estabelecem as novas bases teóricas suscitadas pela mudança de paradigma é bastante difícil, pois caem por terra os fundamentos sobre os quais a ciência se assentavam, sem que se fiquem de todo os pilares que a sustentarão daí por diante (MANTOAN, 2006, p. 14).

Mantoan trouxe a reflexão das palavras das coordenadoras sobre as dificuldades e as mudanças. E as coordenadoras trouxeram a solução para esse desequilíbrio, vivenciado pela crise de paradigmas, quando dizem que possuem consciência de que ainda há muito para ser feito e que em alguns momentos acabam se sentindo impotentes, mas que estão caminhando

para construir um ambiente inclusivo que respeite e valorize as diferenças. Que para que essa comunidade inclusiva aconteça verdadeiramente é necessário que todos participem desse processo, pois

Na inclusão educacional, torna-se necessário o envolvimento de todos os membros da equipe escolar no planejamento de ações e programas voltados à temática. Docentes, diretores e funcionários apresentam papéis específicos, mas precisam agir coletivamente para que a inclusão escolar seja efetivada nas escolas. Por outro lado, torna-se essencial que esses agentes dêem continuidade ao desenvolvimento profissional e ao aprofundamento de estudos, visando à melhoria do sistema educacional. (SANT'ANA 2005, p. 228)

O processo educacional inclusivo não deve estar atrelado apenas ao professor e a sala de aula, esse processo deve envolver toda a escola e contar com o apoio e a responsabilidade de todos os membros da comunidade escolar.

Já sabemos da importância de todos os sujeitos que formam a comunidade escolar de se fazerem presentes, auxiliando o processo de inclusão. Então agora, queremos saber qual a importância da **atuação do coordenador como agente facilitador para o processo de inclusão**, e para este questionamento obtivemos como respostas:

Acredito que auxiliando os professores nesse processo que é cheio de desafios. (C1)
Contribuindo da melhor forma possível com os professores e alunos, atuando de maneira efetiva, juntamente com a Gestão para atender todas as necessidades que surgem ao longo de processo. (C2)

Acredito que o coordenador pedagógico contribui como agente facilitador na educação inclusiva quando ele apoia e faz a mediação entre os professores, alunos, família, gestão e funcionários. Quando ele compreende que é peça chave para que a inclusão aconteça e se torna parceiro de toda comunidade escolar. (C3)

Acho que ouvindo e tentando solucionar os problemas que aparecem da melhor forma possível. (C4)

Como podemos analisar nas respostas acima, as coordenadoras compreendem que uma das ações que devem ser realizadas por elas, é a de apoio aos seus professores no processo de inclusão, principalmente diante das mudanças que esse processo traz. Afinal, como já vimos, as mudanças trazem inquietações e desafios que precisam ser vencidos. E o coordenador torna-se o alicerce para todos os envolvidos que formam a comunidade escolar. Principalmente, auxiliando o professor e fazendo-o perceber que as mudanças são necessárias e que devemos trabalhar em conjunto para que as mesmas reflitam em pontos positivos. Para isso, o coordenador deve ter em mente que

Mudar não significa simplesmente mudar uma visão, um conceito isolado, mas é mudar a forma de trabalhar com o conjunto de informações, conseguindo extrair o que é relevante, o que é fundamental para os sujeitos. Nesse sentido conscientizar é criar elementos/mecanismos gerais de interpretação e ação sobre o mundo (Rêgo, 2006, p. 112).

O coordenador deve ser parceiro do professor, auxiliando-o e colaborando com todas as demandas encontradas por eles. Afinal, os docentes precisam elaborar avaliações e atividades, planejar, realizar aulas expositivas e fazer adaptações de materiais pedagógicos para os alunos que apresentam necessidades educacionais especiais (NEE). Sem o apoio do coordenador, os desafios parecerão ainda maiores e sem incentivo. O professor poderá se sentir impotente e desestimulado, fazendo assim, com que haja fracasso no processo de inclusão.

E o professor precisa compreender através da assistência e colaboração do coordenador, que “não há práticas prontas e acabadas, mas práticas construídas de acordo com as demandas, carências e necessidades[...]” (PEREIRA E MARTINS 2002, p.121).

E é por isso que o papel do coordenador se faz tão importante nesse processo.

7 CONSIDERAÇÕES

A partir das discussões tecidas, conclui-se que o presente trabalho responde ao problema a que se propôs, no qual consistia em analisar de que maneira o coordenador pedagógico contribui para superar os desafios encontrados no processo da educação inclusiva.

Isto porque compreendemos que o Coordenador Pedagógico é um agente facilitador desse processo, apoiando e colaborando com os professores nas mudanças que ocorreram e que são necessárias para a educação especial acontecer de maneira efetiva. Atrelando os conhecimentos teóricos (através da realização de cursos) à sua prática pedagógica, objetivando mudanças positivas e que auxiliam os sujeitos envolvidos.

Nesse sentido, a formação promovida e incentivada pelo Coordenador Pedagógico no ambiente escolar, tem o papel importante de conscientizar o professor de que a reflexão da sua prática através dos conhecimentos teóricos e da troca de experiências com outros profissionais, contribui para provocar mudanças na prática e na postura do professor, fazendo com que o mesmo, torne-se agente efetivo de transformação. E sabendo que o coordenador estará ao seu lado para apoiá-lo.

Outro ponto relevante, é a importância de o coordenador conhecer e estar atento a todas as questões que envolvem a educação inclusiva. Principalmente, os aspectos legais que as norteiam. Além de reconhecer, que é de suma importância, a parceria entre todos os sujeitos que formam a comunidade escolar, auxiliando no processo Educacional Inclusivo.

Destacaram-se as falas das coordenadoras como agentes de transformação, no processo de mudança da Educação Inclusiva, que por si só, traz inúmeros desafios e quebras de paradigmas.

Que rompem com estruturas ainda presentes na nossa educação. Se aprendemos a respeitar e vivenciar a individualidade de cada sujeito, compreendendo as suas especificidades conseguiremos atingir o propósito real da EDUCAÇÃO PARA TODOS citada na Constituição de 1988.

Assim, acreditamos que o presente trabalho de pesquisa, servirá para futuros estudos científicos. Apesar de a pesquisa ter alcançado o objetivo a que se propôs, compreendemos que o mesmo, se encontra incompleto e inacabado, esperando servir de subsídio para novas pesquisas que podem corroborar e complementar os achados desse estudo, assim como, podem haver pesquisas futuras, que contestem os resultados que encontramos.

Diante do exposto ao longo da construção desta pesquisa, consideramos os achados, importantes para a comunidade científica e para os sujeitos inseridos no contexto da inclusão escolar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988

BRASIL, **Estatuto da criança e do adolescente**: disposições constitucionais pertinentes: Lei n 8.069, de 13 de julho de 1990. 6ed. – Brasília: Senado Federal: Subsecretaria de Edições Técnicas, 2005

BRASIL, Ministério da Educação. **Saberes e Práticas da Inclusão**: Dificuldades Acentuadas de Aprendizagem ou Limitações do Processo de Desenvolvimento. Brasília: Secretaria de Educação Especial. 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB Nº 13/2009**. Brasília, DF, 3 jun. 2009

BRASIL, **Saberes e práticas da inclusão**: dificuldades acentuadas de aprendizagem: autismo- 2 ed. Ver- Brasília: MEC, SEESP, 2003

CONFERÊNCIA MUNDIAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS. **Declaração mundial sobre educação para todos e Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem**, Jomtien, Tailândia: março de 1990

CÓRDOVA, Fernanda Peixoto & SILVEIRA, Denise Tolfo. **A Pesquisa Científica** In: Métodos de Pesquisa. Tatiana Engel Gerhardt (org.) p. 31-43 Denise Tolfo Silveira (org.). Rio Grande do Sul, 2009.

CHRISTOV, L.H.S. **Educação continuada: função essencial do coordenador pedagógico.** In: O coordenador pedagógico e a educação continuada. São Paulo: Loyola, 1998.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre princípios, **Políticas e práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**, 1994, Salamanca- Espanha.

DELORS, Jacques et al. **Educação: um tesouro a descobrir.** São Paulo: Cortez; Brasília: MEC UNESCO, 2004

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FIGUEIREDO, R. V. Políticas de inclusão: escola-gestão da aprendizagem na diversidade. In ROSA de E. G. e SOUZA V. C. (org.) **Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores.** Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002.

JESUS, Denise Meyrelles de. **Atuando em contexto: O processo de avaliação numa perspectiva inclusiva.** In: Psicologia & Sociedade, 16. p. 37-49. 2004

LIBANEO, J. C. **Pedagogia e Pedagogos, para quê.** 8ª Ed. São Paulo: Cortes, 2002.

MACHADO, Rosângela. **Formação de professores.** In: Inclusão: Revista da Educação Especial/ p. 4 -7. Secretaria de Educação Especial. V. 6, n 1 (jan/jun) – Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2011

MANTOAN, Maria Teresa Eglér (Org). **Caminhos Pedagógicos da inclusão.** São Paulo: Memnom, 2001

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. PRIETO, Rosangela. **Inclusão Escolar: pontos e contrapontos.** São Paulo. Summus: 2006

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Inclusão Revista da Educação Especial, Brasília, v. 4, n. 1, p. 9-17, jan./jun. 2008.

NÓVOA, Antônio (Org). **Vida de professores.** Lisboa: Dom Quixote, 1992.

PIMENTA, Selma Garrido. **Saberes pedagógicos e atividade docente.** São Paulo: Cortez, 2000.

PERRENOUD, Philippe. **A Prática reflexiva do Professor: Profissionalização e razão pedagógica.** Porto Alegre: Artmed, 2002.

REGO, Teresa Cristina. **Vygotsky: Uma perspectiva histórico-cultural da educação.** Petrópolis, RJ. Vozes: 1995.

RÊGO, M. C. F. D. A. **A formação docente no fazer e refazer da prática pedagógica.** _1.v._: Natal: UFRN, 2006. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-Graduação em Educação.

SANT'ANA, Mendes Izabella. **Educação Inclusiva: Concepções de professores e diretores.** In: Psicologia em Estudo. Maringá, v. 10, n. 2. p.227-234, 2005

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogias: o espaço da educação na universidade.** In: Cadernos de Pesquisa. São Paulo, 2007, v.37, n. 130.

SMITH, Maureen; RYNDAK, Diane. Estratégias Práticas para Comunicação com Todos os Alunos. In: STAINBACK, S. e STAINBACK, W. (org.). **Inclusão: um guia para educadores.** Porto Alegre: ARTMED, 1999

STAINBACK, Susan; STAINBACK, Willian. **Inclusão: um guia para educadores.** Porto Alegre: Artmed, 2004

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político pedagógico ao cotidiano da sala de aula.** São Paulo: Libertad, 2007.

VEIGA, Ilma Passos A. **Profissão docente: novos sentidos, novas perspectivas.** Campinas: Papirus, 2008.